

Expurgo dos índices pode durar só um mês

E o que diz o ministro Galvães. E ele explica que o governo ainda não decidiu a medida porque há várias alternativas em estudo.



Até o final do mês "tem que sair uma solução" para o expurgo dos índices econômicos — IGP, INPC e ORTN. Essa afirmação foi feita ontem, em Brasília, pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvães. Segundo ele, o governo continua estudando várias alternativas para isso. Ele explicou ainda que a demora na tomada de uma decisão não significa qualquer recuo.

Galvães reiterou que uma das alternativas em estudo sugere a adoção do expurgo por meio de um redutor num só mês — talvez agora mesmo em junho — que retiraria dos cálculos dos índices os efeitos da retirada dos subsídios do petróleo e do trigo. Depois seria feito o expurgo por accidentalidade — quebra de safra, enchente, seca, geada — sempre que isso ocorresse.

Ele insistiu que o governo ainda está estudando a questão, e que nenhum estudo foi concluído, considerando que é prematuro noticiar qualquer coisa sobre uma decisão. Todas as alternativas — não quis dizer quais — estão sendo detidamente examinadas pela Fundação Getúlio Vargas (que define o índice da inflação, o IGP) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE (que define o índice de reajuste salarial, o INPC).

Galvães foi cuidadoso na explicação da adoção do expurgo por accidentalidade. Ele lembrou que essa medida já foi adotada no passado e que agora está dependendo de "chegarmos a uma definição técnica". Indagado se a demora estaria relacionada com o fato de este mês o governo anunciar o rendimento das cadernetas de poupança no trimestre, o ministro comentou apenas o seguinte: "Não diria nada com relação ao tempo".

Entre os técnicos governamentais, persiste uma expectativa sobre a medida. Na Fazenda, alguns técnicos são enfáticos em afirmar que o governo não tem condições de adotar o expurgo nos índices porque não tem segurança dos efeitos. Um técnico lembrou uma declaração do secretário-geral da Seplan, Flávio Pécora, na semana passada, que reconhecia que uma das dificuldades para a adoção da medida era a de se chegar a uma conclusão sobre a operacionalidade do expurgo e seus efeitos.

Outros técnicos sugerem que o expurgo poderia ocorrer através da política fiscal, que pesaria sobre toda a sociedade de modo geral, e não sobre categorias. Segundo eles, o modo de se fazer isso seria, primeiro, aumentando as alíquotas de retenção do Imposto de Renda na fonte, e depois tributando as heranças e doações. Essa última medida, considera o técnico, é bastante difícil de ser adotada, política e mesmo tecnicamente. No entanto, insistiu, a política fiscal ainda seria a forma mais viável de fazer uma desindexação.